

RESENHA DE *ARQUITETURA DA CONVERSAÇÃO*, DE ROBERTA PIRES DE OLIVEIRA E RENATO MIGUEL BASSO

Luiz Arthur Pagani*

O livro *Arquitetura da Conversação – Teoria das Implicaturas*, escrito por Roberta Pires de Oliveira (da UFSC) e Renato Miguel Basso (da UFSCar), e publicado pela Parábola em outubro de 2014, vem cobrir uma lacuna incompreensível na literatura linguística brasileira: apesar de ser um assunto relativamente antigo, não havia nenhum livro em português (ao menos em português brasileiro) que apresentasse sistematicamente o funcionamento das implicaturas.

A referência mais antiga é o próprio texto do Grice, “Lógica e conversação”, traduzido por João Wanderley Geraldi no início dos anos 80, publicado na série editada por Marcelo Dascal [8, ps. 81–103]. Ainda nos anos 80, há uma breve menção às implicaturas no livro de Rodolfo Ilari e João Wanderley Geraldi [14, ps. 75–77]. Mais recentemente, o assunto pode ser encontrado em manuais como o do Chierchia [7, ps. 248–261], o de Levinson [17, cap. 3] e o de Cançado [5, ps. 150–159]; ainda que o assunto seja abordado com um pouco mais de detalhe nessas obras, o fato de serem manuais gerais dificultava uma compreensão mais acurada do assunto.

E esta rápida recensão histórica deve ser suciente para demonstrar o valor intrínseco deste livro. Passemos agora à descrição e à avaliação de seu conteúdo.

O livro está dividido em quatro partes (Parte I: A teoria da conversação em Grice, Parte II: As implicaturas conversacionais, Parte III: Implicaturas generalizadas e disputas teóricas, Parte IV: As implicaturas convencionais), e cada uma delas é constituída simetricamente por dois capítulos (Cap. 1: As falas do falante, Cap. 2: A arquitetura da conversação, Cap. 3: ‘Maria é uma or!’ – implicaturas conversacionais particularizadas, Cap. 4: ‘Algumas’, talvez todas, implicaturas generalizadas, Cap. 5: Enriquecimento pragmático ou implicatura generalizada?, Cap. 6: As implicaturas escalares: disputas

* Universidade Federal do Paraná. Agradeço as sugestões dos dois pareceristas anônimos que permitiram que eu evitasse algumas impropriedades e deixasse o meu texto menos confuso.

e experimentos, Cap. 7: ‘Mas. . .’, as implicaturas convencionais existem?, Cap. 8: As implicaturas convencionais existem, mas não são implicaturas!).

A primeira parte está intitulada como “A teoria da conversção em Grice”, e tem como objetivo apresentar os pressupostos teóricos para o estabelecimento da noção de implicatura como ferramenta de análise da interação conversacional entre falantes.

O primeiro capítulo (cujo título é “As falas do falante”) apresenta os conceitos iniciais necessários para entender o empreendimento analítico do lósofo inglês Herbert Paul Grice, concebido como uma transição entre dois nveis de análise lingüística: o semântico e o pragmático. Segundo os autores, “daremos os primeiros passos na compreensão das relações entre *semântica* e *pragmática*, dentro do quadro da teoria da conversção que tem origem no trabalho seminal do lósofo Paul Grice” [18, p. 14]. Os autores mostram que, para compreender o fenômeno lingüístico em que dois falantes ou mais interagem lingüisticamente é preciso ir além daquilo que é expressamente dito pelos falantes, já que uma boa parte do trabalho de interpretação da fala do interlocutor envolve não apenas decifrar o significado literal daquilo que é dito, mas também decifrar as intenções que levaram o falante a pronunciar seu enunciado da forma como o fez.

No segundo capítulo (chamado de “A arquitetura da conversção”), Oliveira & Basso apresentam o princípio da cooperação e as quatro famosas máximas conversacionais de Grice: a da quantidade (não diga nem mais nem menos do que o esperado), a da qualidade (não diga nada que você não tenha evidências para sustentar), a da relevância (seja relevante) e a do modo (seja claro). Os autores mostram ainda como Grice chega, a partir da análise do emprego das máximas pelos interlocutores, aos conceitos de implicatura convencional e conversacional, e como ele divide esta última em generalizada e particularizada. Na determinação das implicaturas convencionais, os autores as associam a um aspecto lexical, ao contrário da conversacionais, que apresentam quatro características específicas: a cancelabilidade, a inseparabilidade do conteúdo, a não convencionalidade, e a indeterminabilidade.¹

Em relação aos dois tipos de implicatura conversacional, os autores afirmam sobre a particularizada que

o que caracteriza a implicatura particularizada é o fato de que sua

1 Sobre a quantidade de características das implicaturas, é curioso observar que Levinson anuncia que elas seriam cinco, ao contrário dos autores resenhados aqui; além das quatro mencionadas por Oliveira & Basso, Levinson ainda aponta a calculabilidade (a partir das máximas) como característica identificadora [17, ps. 141–146]. No entanto, na busca de testes para a implicatura, ele próprio deixa de incluir a indeterminabilidade [17, p. 147].

interpretação está fundamentalmente atrelada a conhecimentos compartilhados pelos interlocutores numa situação de conversa em particular — esse tipo de implicatura depende em uma larga escala do contexto imediato em que ocorre. Proferir a sentença “Tá chovendo” numa situação em que não há roupa no varal dificilmente irá significar um pedido para que se tire a roupa do varal. [18, p. 44]

Já sobre a generalizada, o que eles dizem é que

diferentemente da implicatura particularizada, a generalizada ocorre em geral, mesmo sem o suporte da situação, ou seja, sua dependência em relação ao contexto é muito pequena. Chierchia (2004), por exemplo, afirma que a dependência das implicaturas é do contexto gramatical, como veremos exemplificado adiante. Isto poderia nos levar a pensar que elas são convencionais, mas não é esse o caso porque é sempre possível cancelar a implicatura generalizada e ela não está atrelada a um item lexical específico. [18, p. 45]

A segunda parte (“As implicaturas conversacionais”) é dedicada a explicar mais detalhadamente cada um dos dois tipos de implicatura conversacional.

No capítulo 3, cujo título é “‘Maria é uma flor!’ — Implicaturas conversacionais particularizadas”, os autores acrescentam mais informações para facilitar a identificação das implicaturas particularizadas, principalmente no que diz respeito à distinção entre elas e as generalizadas. Infelizmente, neste capítulo Oliveira & Basso incorrem num pequeno erro conceitual, afirmando que as implicaturas decorrem exclusivamente da violação de alguma máxima: “como acontece com todas as implicaturas, uma ou mais máximas são exploradas (por sua aparente violação)” [18, p. 53]. Esta perspectiva se opõe, por exemplo à concepção de Levinson (um grande divulgador da teoria griceana que os próprios autores citam recorrentemente) que reconhece o que ele chama de implicatura-padrão:

Chamaremos estas inferências que surgem da observância das máximas **implicaturas-padrão** (o termo não é de Grice, embora ele introduza o termo **implicatura generalizada** para um subconjunto destas implicaturas que não requerem condições contextuais específicas para serem inferidas). [17, p. 130]

O exemplo que o próprio Levinson² nos apresenta é constituído pelo seguinte diálogo:

A (a uma pessoa que passava): Acabo de ficar sem gasolina.

B: Ah, tem um posto de gasolina dobrando a esquina. [17, p. 129]⁵

A implicatura associada a exemplos desse tipo (no caso acima, de que A pode encontrar a gasolina que precisa no posto indicado) não pode ser atribuída à violação de qualquer uma das quatro máximas conversacionais. Segundo o próprio Grice [11, ps. 93–94]:

a conexão estabelecida entre a fala de B e a fala de A é tão óbvia que, mesmo se alguém interpretasse a supermáxima do MODO ‘Seja claro’ não se aplicando somente à expressão do que é dito mas também à conexão do que é dito com o discurso adjacente, parece não haver motivo para considerar que tal supermáxima tenha sido violada.

E não é difícil multiplicar esse tipo de exemplo:

A: Estou com dor de cabeça.

B: Eu posso ir na farmácia comprar um remédio para você.

A implicatura de que não há remédio acessível onde os falantes estão não parece decorrer da violação das máximas, e pode ser inferida por princípios racionais gerais: por que alguém precisaria adquirir alguma coisa que já tem? e se já tivesse, não seria preciso se oferecer para comprar mais; seria mais fácil oferecer diretamente o remédio de que se dispõe.

Além disso, às vezes, pode ser que alguma máxima menos importante precise ser desrespeitada para evitar a violação de uma máxima mais importante, caso elas estejam mutuamente em conflito; nesse caso, a violação não levaria necessariamente a uma implicatura. O próprio Grice reconhecia essa possibilidade:

2 O exemplo é adaptado do próprio Grice [11, p. 93] para ilustrar casos “em que nenhuma máxima é violada”:

A — Estou sem gasolina.

B — Há um posto na próxima esquina.

3 Na tradução, o exemplo fala em “oficina”, mas acho “posto de gasolina” uma expressão mais natural para o presente caso; no original, o termo é “garage” [16, p. 104]. Ainda na tradução, a fala de A é qualificada como “a passante”, mas não me parece que isso especifique claramente a falta de conhecimento mútuo entre os falantes, necessária para a caracterização da falta de suposições contextuais. É curioso observar ainda que este exemplo consta no próprio texto do Grice [11, p. 93], em cuja tradução aparece também “posto de gasolina” (como vimos na nota anterior).

a observância de algumas destas máximas é menos imperativa do que o é a observância de outras; uma pessoa que se expressou com proximidade indevida estaria, em geral, sujeita a comentários mais brandos do que aquela que tivesse dito alguma coisa que acredita ser falsa. [11, p. 88]

Normalmente, quando temos que dar uma notícia triste para alguém, como a de um falecimento de um parente próximo, preferimos normalmente uma forma mais prolixa para dar essa informação, do que simplesmente dizer que a pessoa morreu; ainda menos adequado conversacionalmente seria omitir ou mentir sobre o tal falecimento. (Na p. 94, Grice dá também “um exemplo em que uma máxima é violada, mas sua violação se explica pela suposição de um conflito com outra máxima”).

Ainda relacionada a esta mesma questão, gostaria de comentar o uso de “aparente”, em “aparente violação”, na citação que mencionamos há pouco [18, p. 53]; essa mesma palavra já tinha sido usada antes [18, p. 32]:⁴

ao *aparentemente violarmos* o princípio, nosso interlocutor entende que se trata de uma violação apenas aparente e busca *maximizar* a interpretação do que dissemos para os propósitos imediatos da conversação, tentando adivinhar por que o princípio foi aparentemente violado e assim ‘resgatar’ nossa cooperação interpretando além do significado da sentença; buscando chegar finalmente à implicatura, ou seja, àquilo que o falante quis dizer. Em resumo, a ideia é que é só aparentemente que abandonamos o princípio, mas na verdade tiramos proveito dele porque acreditamos que nosso intérprete consegue fazer certos raciocínios.

Apesar de ser relativamente fácil perceber que Oliveira & Basso pretendiam que “aparente” fosse interpretado como ‘que parece, mas não é’, o termo também pode ser entendido como ‘que aparece evidentemente’; e esta segunda aceção pode criar uma interpretação inadequada do funcionamento da exploração das máximas. Mas mesmo quem interprete “aparente” como ‘que parece, mas não é’ pode se confundir com duas questões sutilmente distintas na teoria de Grice: a da violação explícita de alguma máxima, em que o desrespeito à máxima precisa ficar evidente para levar à implicatura (empregada, por exemplo, na explicação da ironia ou da metáfora), em oposição à exploração de alguma máxima, onde o desrespeito à máxima só poderia ser considerado numa avaliação que não levasse em conta aquele contexto específico de uso (como no exemplo da falta de gasolina, em que a resposta de B, indicando um posto de gasolina perto, só não faria sentido

4 Os destaques são dos próprios autores.

se *B* soubesse que *A* não tivesse como chegar até o posto). Contudo, sobre isso os autores não podem ser responsabilizados sozinhos por esse uso de “aparente”; na tradução do manual de Levinson [17, p. 128], o termo também aparece: “apesar desta *aparente* falha de cooperação, tentamos interpretar o enunciado de *B* como cooperativo em algum nível mais profundo (não superficial)”.⁵ Para encerrar essa questão, deve-se mencionar que o termo não aparece na tradução de Geraldi [11] para o texto do Grice.

De volta ao conteúdo do livro de Oliveira & Basso, como exemplo de implicaturas particularizadas, os autores mencionam as tautologias e as contradições; usos de sentenças como “mãe é mãe” (p. 53) e “Maria é e não é mulher” (p. 56) disparam implicaturas devidas à máxima da quantidade, já que não acrescentam nenhuma informação. Dependendo do contexto, a primeira sentença pode sugerir que as mães são sempre bondosas mesmo, ou são arbitrárias; quanto à segunda sentença, seu uso indica que alguma característica típica das mulheres não é compartilhada por Maria, mas a identificação da característica específica é uma coisa que só pode ser inferida dos contextos em que a sentença é proferida. (Os autores afirmam que, neste caso, “o falante está proferindo algo que não aumenta em nada nosso conhecimento sobre Maria” (p. 7); no entanto, uma análise alternativa poderia derivar a implicatura da observação de que o falante teria dito algo patentemente falso, violando portanto a máxima da qualidade, e não a da quantidade. Esse tipo de controvérsia, claro, decorre da indeterminabilidade das implicaturas.)

Os autores encerram esse terceiro capítulo fazendo uma discussão da distinção entre significado literal e figurado, com especial atenção para a metáfora, que seria uma implicatura particularizada decorrente da infração da máxima da qualidade: dizer algo como “você é o açúcar do meu café” (p. 58) é dizer algo evidentemente falso, o que obriga o interlocutor a buscar uma segunda interpretação para manter o princípio da cooperação. Oliveira & Basso mencionam ainda a ironia como uma outra figura de linguagem derivada da violação da máxima da qualidade.

O quarto capítulo (“Algumas”, talvez todas, implicaturas conversacionais generalizadas”) é dedicado às implicaturas conversacionais generalizadas. O principal exemplo de implicatura generalizada tratado no capítulo é o da implicatura escalar, em que o uso de uma expressão menos informativa sugere a negação da expressão mais informativa. Para identificar expressões relacionadas pela sua informatividade, os autores apresentam

⁵ O destaque também é do próprio autor. *B*, aqui, não é o mesmo interlocutor do exemplo da falta de gasolina; o exemplo comentado por Levinson nesta passagem é o do VW amarelo do Bill estacionado na frente da casa da Sue.

o conceito de escala de acarretamento (ou escala de Horn): para que duas expressões linguísticas façam parte de uma escala de acarretamento, é preciso que a substituição de uma por outra numa mesma grade sentencial faça com que uma sentença acarrete a outra. Assim, por exemplo, pode-se constatar que “todos” e “alguns” fazem parte de uma escala de acarretamento, já que a verdade da sentença “todos os alunos passaram no exame” tem como consequência a verdade da sentença “alguns alunos passaram no exame”; outro exemplo é o das conjunções “e” e “ou”, já que a verdade de “João e Maria vieram” impõe a verdade de “João ou Maria vieram”. A implicatura associada a essas escalas decorre do uso do termo menos informativo, que leva à suposição da negação do termo mais informativo; dessa maneira, o uso das sentenças “João ou Maria vieram” e “alguns alunos passaram no exame” sugere, respectivamente, que não ocorreu a vinda concomitante de João e de Maria, e que nem todos os alunos passaram no exame. Mas essas inferências podem ser canceladas: “João ou Maria vieram, e pode ser que ambos tenham vindo” e “alguns alunos passaram no exame, talvez todos” não constituem contradição.

A terceira parte, chamada de “Implicaturas generalizadas e disputas teóricas”, trata da controvérsia entre a implicatura generalizada e o enriquecimento pragmático, e retoma a discussão sobre as implicaturas escalares.

O quinto capítulo, intitulado “Enriquecimento pragmático ou implicatura generalizada?”, recupera uma controvérsia na qual os filósofos estiveram recentemente envolvidos sobre a interpretação de sentenças como “tá chovendo”; a controvérsia se fundamenta basicamente na quantidade de informação que esta sentença estaria fornecendo, e mais especificamente se o local e o momento do evento descrito por ela fariam parte das informações transmitidas pelo falante. Para apresentar essa controvérsia, Oliveira & Basso recorrem basicamente ao filósofo François Récanati, e ao seu conceito de enriquecimento pragmático; no entanto, os debates sobre esse assunto entre os filósofos parece ter sido muito mais acirrado do que Oliveira & Basso sugerem, e leitores interessados no aprofundamento desta discussão podem ler o recente livro de Kepa Korta e John Perry, **Critical Pragmatics** [15] (não mencionado no livro resenhado aqui), e a coletânea **Semantics versus Pragmatics** [22] (incluída nas referências do livro e na qual há um capítulo do próprio Récanati), além do texto indicado nas sugestões de leituras ao final do capítulo.⁶

6 Infelizmente, há um pequeno erro de remissão interna: a citação é para “Bach (2011)”, mas nas referências bibliográficas não há nenhum item que corresponda a isso. O mais provável é que Oliveira & Basso estivessem se referindo à resenha que Kent Bach [2] fez do livro **Truth-Conditional**

De acordo com a apresentação de Oliveira & Basso, o enriquecimento pragmático se distingue das implicaturas porque estas ocorreriam no nível pós-proposicional (não afetando as condições de verdade) enquanto aquele ocorreria no nível proposicional (mudando as condições de verdade da enunciação). No entanto, os autores não observam que a explicação que eles mesmos tinham dado para a metáfora e para a ironia, como implicaturas pela violação da máxima da qualidade, seria um contraexemplo para isso: sentenças usadas metafóricamente ou ironicamente nunca seriam literalmente verdadeiras, precisando ser interpretadas num registro figurado para se tornarem verdadeiras; assim, parece que uma implicatura estaria afetando pós-proposicionalmente as condições de verdade de um proferimento (só depois de completamente dita e interpretada, podemos observar que uma sentença é falsa, e que a única maneira de a interpretarmos verdadeiramente seria alternando para o registro figurado). De qualquer maneira, os próprios autores encerram o capítulo com alguma desconfiança na utilidade do enriquecimento pragmático, a partir de um critério de economia:

Precisamos da noção de implicatura generalizada para explicar outros fenômenos das línguas naturais, como as implicaturas escalares que vimos no capítulo 4, mas não precisamos do conceito de enriquecimento pragmático para explicar nada além do que foi construído para explicar [18, p. 113]

(Curiosamente, os autores parecem não ter se apercebido inclusive que no capítulo seguinte, eles mesmos iriam admitir a possibilidade de implicaturas interferindo nas condições de verdade; mas trataremos disso a seguir.)

No capítulo 6 (“As implicaturas escalares: disputas e experimentos”), os autores retomam a questão das implicaturas escalares recorrendo a dados de experimentos psicolinguísticos na tentativa de projetar alguma luz nas controvérsias sobre as melhores análises para as interpretações das expressões linguísticas.

Um tópico importante neste sexto capítulo é o da interpretação dos numerais, que podem gerar três tipos de interpretação: ‘exatamente’, ‘no mínimo’ e ‘no máximo’. O exemplo para o primeiro caso é o de “João tem 2 filhos” que normalmente é interpretado como ‘João tem exatamente dois filhos’; para os outros dois casos, os autores oferecem um mesmo exemplo: “auxílio alimentação para famílias com 2 filhos”, para a qual são sugeridas duas situações – uma na qual o objetivo da regra enunciada por essa ex-

Pragmatics, de Récanati [21], e que consta nas referências do livro sem indicação de data.

pressão é o de oferecer auxílio para famílias carentes numerosas (caso em que a regra seria entendida como auxílio oferecido para famílias com pelo menos dois filhos), e outra em que o objetivo seria a contenção populacional (caso em que a regra visaria a oferecer um incentivo para as famílias que não tivessem mais de dois filhos).

Oliveira & Basso mencionam um experimento de Papafragou & Musolino (“Scalar implicatures: Experiments at the Semantics Pragmatics interface”, publicado na *Cognition*, em 2003) que comparou o comportamento de crianças e adultos em relação à interpretação de implicaturas escalares clássicas, como a da escala linguística “alguns × todos”, e a dos numerais. A conclusão do experimento é a de que as crianças, ao contrário dos adultos, não acessam a implicatura escalar disparada pelo uso de “alguns”, em oposição a “todos”; porém, em relação aos numerais, o comportamento das crianças é exatamente igual ao dos adultos. A conclusão, portanto, é a de que os numerais não disparam inferências do mesmo tipo que a das implicaturas escalares, já que estas são adquiridas depois daquelas.⁷

O segundo assunto importante neste capítulo é aquilo que os autores chamam de “implicaturas intrometidas/intrusas”. Essas implicaturas gerariam inferências internas à enunciação, e o exemplo é “se o rei morreu e uma república foi instaurada, então João está contente”; nesta sentença, antes que a proposição precise ser integralmente acessada, a implicatura de ordenamento disparada pela conjunção “e” (a de que primeiro o rei precisa ter morrido para só depois a república ter sido instaurada) precisa ser estabelecida antes de construirmos a conclusão (a felicidade do João) para a condição determinada pelo antecedente.

É nesse mesmo trecho (p. 131) que os autores explicitam a possibilidade das implicaturas afetarem as condições de verdade, o que contradiz a postulação do capítulo anterior, segundo a qual as implicaturas não afetariam estas condições de verdade: “a implicatura pode, inclusive, interferir nas condições de verdade do todo”.

Este capítulo termina, finalmente, com a apresentação de alguns fatos associados a expressões focalizadoras, exemplificadas pelo advérbio “só”.

A quarta parte (“As implicaturas convencionais”), finalmente, trata das implicaturas convencionais.

7 Como a evidência aponta para diferentes etapas de aquisição das implicaturas, uma interpretação alternativa para a mesma evidência seria a de que os numerais e as escalas de acarretamento apresentam complexidades de processamento diferentes, não necessariamente atribuíveis a diferenças semânticas ou pragmáticas, mas sim à carga psicolinguística. Essa segunda opção levaria a uma subcategorização (e não à recategorização sugerida pelos autores do livro), no entanto essa sutileza de análise não afeta o argumento desenvolvido no texto.

No sétimo capítulo, já seu título (“‘Mas...’, as implicaturas convencionais existem?”) indica que há alguma polêmica sobre a suposta existência das implicaturas convencionais. Essa desconfiança se justifica porque, por definição, ao contrário das implicaturas conversacionais, as convencionais não são canceláveis e não são calculadas a partir das máximas conversacionais (seja por sua observação, seja por sua violação) — isso para não falar que são convencionais, enquanto as conversacionais não têm nada de convencional. No entanto, as implicaturas convencionais também seriam distintas das condições de verdade: o exemplo clássico é o de “mas”, que apresenta exatamente as mesmas condições de verdade que “e”, mas acrescenta um componente de adversatividade que não interfere com as condições de verdade, só que também não é cancelável.

Outra característica das implicaturas convencionais que Oliveira & Basso também apontam é sua lexicalidade:

as implicaturas convencionais estão diretamente ligadas a itens lexicais, não deixam de acontecer e são específicas a cada item (ou seja, mudando o item lexical, haverá outra implicatura convencional ou nenhuma) — elas são, portanto, qualitativamente diferentes das implicaturas conversacionais, tanto as particularizadas quanto as generalizadas [18, ps. 148–149]

Este capítulo se encerra com a resenha do texto “The myth of conventional implicatures” (O mito das implicaturas convencionais), do filósofo Kent Bach [1], para quem as supostas implicaturas convencionais contribuem para o conteúdo proposicional, mas não desencadeiam acarretamentos nem interferem nas condições de verdade; de acordo com Oliveira & Basso, isso vai exigir uma redefinição da relação entre a semântica e a pragmática. O principal teste apontado pelos autores é o do discurso indireto:

Considere as sentenças em (9):

(9)

- a. João é brasileiro, *mas* é honesto.
- b. João *ainda* está estudando.
- c. *Até* João veio na festa.

O teste proposto por Bach é o seguinte: se de fato as expressões em itálico nas sentenças em (9) não afetam o conteúdo veiculado, então quando reportamos indiretamente esses proferimentos não deve haver nenhuma diferença entre reportar essas sentenças com ou sem essas expressões. Em outras palavras, se as expressões em itálico não interferem no conteúdo, não faz diferença se elas estão ou não presentes no discurso relatado, porque o conteúdo não se altera com sua presença; o conteúdo permanece inalterado porque os itens em itálico não têm a ver com o conteúdo veiculado. [18, p. 158]

É claro que o conceito de implicatura convencional é controverso desde a sua postulação: ao contrário das implicaturas conversacionais, as convencionais não são calculáveis através das máximas conversacionais, nem são canceláveis; e o próprio Grice [10, p. 46] reconhece a necessidade de se compreender melhor esse conceito. Mas o fato é que, apesar do teste de Bach realmente distinguir uma intervenção discursiva de operadores como “antes de mais nada”, “em outras palavras” e “já que você disse isso”⁸ de uma função composicional de operadores como “mas” e “portanto”, o autor parece não ter se dado conta de que a colaboração de significado destes últimos operadores não é afetada, por exemplo, pela negação: em “não é verdade que Pedro é rico, mas é honesto”, não estamos de forma alguma negando a possibilidade de não haver contraste entre ser rico e ser honesto.⁹ Ou seja, pode ser que não tenhamos implicatura convencional, mas a colaboração dos “supostos dispositivos de implicatura convencional” também não é a mesma que a de outros elementos que são afetados pela negação.

No oitavo capítulo (“As implicaturas convencionais existem, mas não são implicaturas”), os autores retomam a questão das implicaturas convencionais, agora à luz da discussão sobre os “supostos dispositivos de implicatura convencional”, a partir da discussão do capítulo anterior. Oliveira & Basso apresentam inicialmente uma resenha do livro de Potts [20], onde se destaca o conceito de significado imediato (*at-issue*), que corresponde basicamente ao tópico do discurso.¹⁰

O principal exemplo discutido pelos autores é “Desliga essa porra de TV!”, que apresenta uma estrutura diferente da tradicional. Ao contrário do que acontece nos casos clássicos, nos quais o núcleo nominal colabora com o centro referencial e o SP funciona como modificador, aqui o centro referencial é dado pelo SP: o que é para ser desligado é a TV (um SN como “esse caderno de desenho” denota um caderno que é de desenho, e não um desenho). É nesse sentido que estamos já muito longe das implicaturas griceanas, porque as expressões linguísticas já não estão sequer apresentando o seu comportamento semântico convencional, antes de sofrerem as operações

8 Que, no discurso indireto, continuam expressando a opinião de quem cita, e não de quem foi citado: em “Pedro disse que, em outras palavras, é honesto”, o operador “em outras palavras” não parece atingir o que Pedro disse, mas sim o que o falante está dizendo sobre a opinião que Pedro tem de si.

9 Se o significado de “Pedro é rico, mas honesto” fosse ‘Pedro é rico, Pedro é honesto e há algum contraste estas duas propriedades’, sua negação deveria ser ‘Pedro não é rico, ou Pedro não é honesto, ou não há nenhum contraste entre estas duas propriedades’; o que não parece ser o caso.

10 Em relação à tradução do termo *at-issue*, me parece que uma tradução mais literal, como “em questão”, seria mais adequada do que o “imediato”, escolhido por Oliveira & Basso. Como o conceito está relacionado ao tópico discursivo, ao que está em debate ou em questão, não me parece que seja o caso de imediatismo ou mediatismo do conteúdo veiculado.

impostas pelas implicaturas. O capítulo se encerra com uma discussão sobre os diminutivos, muito mais adequada ao fenômeno do que a tradicional perspectiva de que eles denotam coisas de dimensões reduzidas; segundo os autores, os diminutivos apresentam quatro características: a) independência do conteúdo imediato (sugerem¹¹ “uma opinião do falante que não tem relação com o conteúdo principal”), b) dependência da perspectiva do falante (“relação direta com o ato de fala e com o falante”), c) inefabilidade descritiva (“é muito difícil oferecer uma paráfrase que capture total e fielmente o conteúdo veiculado”) e d) repetibilidade (“é possível repetir os itens da dimensão expressiva sem redundância e com efeito de intensificação”).

No último capítulo, a “Conclusão”, Oliveira & Basso encerram o livro redimindo a pragmática de seu papel de lata de lixo da semântica (título atribuído ironicamente por Bar-Hillel [3]), apresentando algumas características que, segundo eles, distingue a semântica da pragmática: haveria uma diferença ontológica (o significado semântico seria uma coisa distinta do significado pragmático, e não apenas perspectivas diferentes sobre o mesmo objeto), baseada na cancelabilidade (o pragmático é cancelável, enquanto o semântico não);¹² além disso, o pragmático também seria passível de formalização (ao contrário da opinião de Ilari [13]), e a serialidade entre a semântica e a pragmática passa a ser uma questão controversa.

Como um bom manual de introdução ao assunto, ao final de cada capítulo, o leitor encontra exercícios para praticar o que aprendeu (para os quais há sugestões de respostas no final do livro), e também um quadro com sugestões de leituras para avançar para além do conhecimento adquirido com o livro. Infelizmente, como é bastante comum na produção editorial brasileira (o que isenta os autores desse defeito), ao contrário do que se espera de um manual didático, o livro não apresenta nenhum índice remissivo (nem de assuntos, nem de autores), o que o empobrece como ferramenta de consulta.

Por tudo isso, apesar de alguma discordância conceitual em alguns pontos (muito mais devido à fluidez dos conceitos do que por qualquer erro cometido pelos autores), o livro de Oliveira & Basso se configura como uma excelente introdução às implicaturas griceanas, e é o melhor lugar para um falante de português iniciar os seus estudos sobre isso. (Aqui, dizer que ele é o melhor livro sobre isso em português não explicaria muito, já que por enquanto ele é o único.) Decididamente, a pragmática brasileira parece dar o seu primeiro sinal de vida.

11 Os autores usam aqui o verbo “expressar”; como se trata de uma implicatura, eu prefiro o verbo “sugerir”.

12 No entanto, o próprio exemplo “essa porra de TV” pode complicar essa conclusão.

REFERÊNCIAS

- [1] Kent Bach. The myth of conventional implicature. *Linguistics and Philosophy*, 22(4):327–366, 1999.
- [2] Kent Bach. Review of François Récanati's *Truth-Conditional Pragmatics*. *Notre Dame Philosophical Reviews*, 2011.
- [3] Yehoshua Bar-Hillel. Out of the pragmatic wastebasket. *Linguistic Inquiry*, 2(3):401–407, 1971.
- [4] Márcia Caçado. *Manual de Semântica — Noções Básicas e Exercícios*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2005.
- [5] Márcia Caçado. *Manual de Semântica — Noções Básicas e Exercícios*. Contexto, São Paulo, 2012. Reedição de [4].
- [6] Gennaro Chierchia. *Semantica*. Il Mulino, Milano, 1997.
- [7] Gennaro Chierchia. *Semântica*. Editora da UNICAMP & Editora da UEL, Campinas & Londrina, 2003. Tradução de [6], por Luiz Arthur Pagani, Lígia Negri & Rodolfo Ilari.
- [8] Marcelo Dascal, editor. *Fundamentos Metodológicos da Lingüística – Volume IV: Pragmática, Problemas, Críticas, Perspectivas da Lingüística, Bibliografia*. Edição do próprio organizador, Campinas, 1982.
- [9] H. Paul Grice. Logic and conversation. In Peter Cole and J. Morgan, editors, *Syntax and Semantics — Volume 3: Speech Acts*, pages 41–58. Academic Press, New York, 1975. Also published in [12, p. 22–40].
- [10] H. Paul Grice. Further notes on logic and conversation. In Peter Cole, editor, *Syntax and Semantics — Volume 9: Pragmatics*, pages 113–127. Academic Press, New York, 1978. Also published in [12, p. 41–57].
- [11] H. Paul Grice. Lógica e conversação. In Dascal [8], pages 81–103. Traduzido de [9], por João Wanderley Gerdali.
- [12] Paul Grice. *Studies in the Way of Words*. Harvard University Press, Cambridge, MA, 1989.
- [13] Rodolfo Ilari. Semântica e pragmática: duas formas de descrever e explicar os fenômenos da significação. *Revista de Estudos da Linguagem*, 9(1):109–162, 2000.
- [14] Rodolfo Ilari and João Wandelely Gerdali. *Semântica*. Ática, São Paulo, segunda edition, 1985.
- [15] Kepa Korta and John Perry. *Critical Pragmatics — An Inquiry into Reference and Communication*. Cambridge University Press, Cambridge, 2011.
- [16] Stephen C. Levinson. *Pragmatics*. Cambridge University Press, Cambridge, 1985.
- [17] Stephen C. Levinson. *Pragmática*. Martins Fontes, São Paulo, 2007. Traduzido por Luís Carlos Borges e Aníbal Mari (tradução de [16]).
- [18] Roberta Pires de Oliveira and Renato Miguel Basso. *Arquitetura da Conversação — Teoria das Implicaturas*. Parábola, São Paulo, 2014.
- [19] Christopher Potts. *The Logic of Conventional Implicatures*. PhD thesis, University of California, Santa Cruz, 2003.
- [20] Christopher Potts. *The Logic of Conventional Implicatures*. Oxford University Press, Oxford, 2005. Publicação da tese de doutorado [19].
- [21] François Recanati. *Truth-Conditional Pragmatics*. Clarendon Press, Oxford, 2010.

[22] Zoltán Gendler Szabó, editor. *Semantics Versus Pragmatics*. Oxford University Press, 2005.